

Capítulo 4

O medo dos imigrantes¹

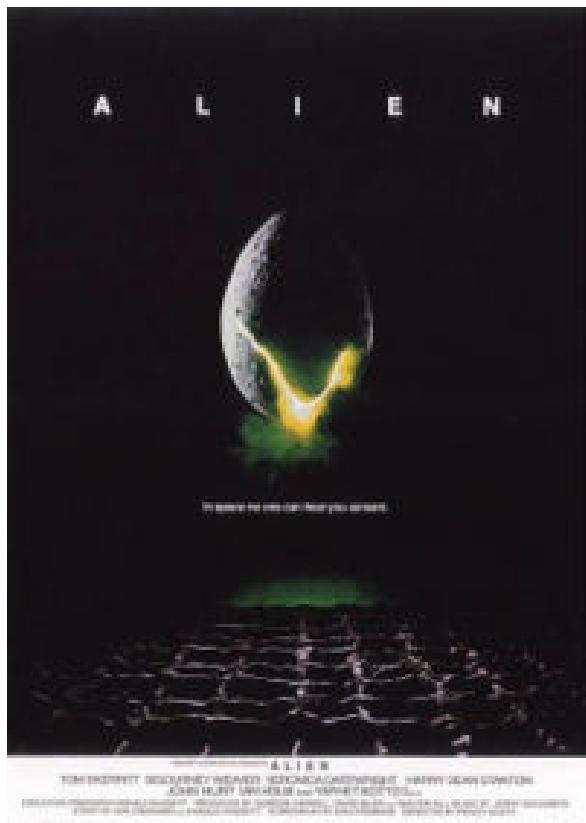
Illegal aliens. Enquanto escrevo este texto e onde o escrevo, início de 2007 nos Estados Unidos, avoluma-se a densidade deste esdrúxulo conceito, ganha ser, torna-se coisa, dando corpo a medos difusos e a preconceitos escondidos.

Illegal aliens. Onde estará o pior insulto: em «illegal», que equivale a crime e faz do qualificado um criminoso, ou em «alien», que para além de significar estrangeiro, estranho, alienígena, é também sinónimo de extraterrestre e foi consagrado na *pop-culture* visual através de uns assustadores homúnculos verdes com olhos de inseto e propósitos destruidores?

Dir-se-á que antes das suas formas mediáticas e dos olhos de inseto já o conceito de *alien* existia para a cultura de vigilância de fronteira. Nas inúmeras vezes em que entrei, saí ou residi neste grande país, sempre tive o estatuto de *legal alien*; como todos os demais visitantes que usufruem dos privilégios de entrada, saída e residência legais, sempre vi com humor tal designação. É que, neste ponto, ser «legal» descontamina a negatividade do *alien*. De perigoso e ameaçador, o sujeito passa a convidado e colaborador. Desinvestidas as emoções, o rótulo reduz-se a instrumento de catalogação e eventual chiste.

Mas nem sempre assim acontece; e basta passar do legal ao ilegal — por vezes pelo subtil decurso do tempo, expiração do

¹ Este ensaio foi escrito nos minutos vagos de uma estadia na Brown University enquanto professora visitante no Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros e no Watson Institute for International Studies, com apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a quem agradeço. Igualmente agradeço a Onésimo Teotónio Almeida não só o generalizado apoio como a leitura crítica deste texto, cujas afirmações são porém da minha exclusiva responsabilidade.



visto, outras vezes através de actos explícitos, como quando se cruza a fronteira sem documentos ou com papéis falsos — para tudo se poder recontaminar.

Qualificado de ilegal, o *alien* volta a ser considerado um perigo. Assim o propagam inúmeras campanhas que insidiosamente se implantam nos noticiários e comentários, e pela repetição *ad nau-seam* do termo lhe conferem realismo, lhe dão corpo, substância, ser. Que ser e realidade lhes são dados, para além do estigma do crime e epítome dos medos?

O ser em causa tem rosto fugidio, raramente tem nome, mas sempre faz parte de grandes números que promovem o efeito de ameaça. São os mexicanos que atravessam a fronteira sul dos Estados Unidos, saltam muros, cruzam rios, escavam túneis, arriscam a vida, perdem-na por vezes. São mexicanos e outros centro-americanos que buscam os sonhos do Norte, que vão atrás

do mito do ouro que nasce das árvores e brota das calçadas, agora metamorfoseado nas remunerações que a uma hora de trabalho dão mais do que, na terra de origem, se conseguiria com uma inteira semana do mesmo labor. Ou são sul-americanos que vêm, entre esses sonhos e a fuga aos terrores que vivem em casa, às mãos de traficantes e bandidos. Ou que vêm simplesmente para mudar de vida e tentar a aventura.

Mas não são os sonhos que perseguem nem os motivos políticos ou privados de quem atravessa a fronteira que aparecem retratados nas campanhas que os condenam. O que se retrata é o acto físico da travessia, o seu carácter ilegal, e, automaticamente, o seu estatuto criminoso. E assim se misturam, na propaganda *anti-aliens*, todas as ameaças num ser compósito — os criminosos, os bandidos, os traficantes, os terroristas, os ladrões, os assassinos. Medos legítimos ou fantasiados convergem num só ser, o alienígena que se esconde nos números. São os milhares que atravessam a fronteira todos os meses. São os milhares que invadem os estados fronteiriços do Texas, Novo México, Arizona, Califórnia. Que ameaçam transformar a cultura americana, diz-se, tornando o espanhol a língua dominante, roubando postos de trabalho, fazendo, diz-se, correr ao país o risco de ruptura.

Tudo isto é dito frequentemente para exacerbar as paixões que se movem por medos antigos e que no passado se foram deslocando de uns para outros dos potenciais «invasores» — desde europeus não anglófonos como os alemães, ou anglófonos não protestantes como os irlandeses, ou judeus, eslavos, sul-europeus, chineses, asiáticos em geral, latino-americanos, árabes, e, na sequência do 11 de Setembro, os muçulmanos em geral.

Para apaziguar paixões e medos invoca-se a necessidade e a urgência de reforçar a vigilância das fronteiras, ou mesmo de as fechar de todo, separando os «bons» dos «maus», ou os «cidadãos» dos «invasores». Embora não se tenha disseminado entre os *media*, não faltou a estas campanhas a medicalização dos invasores, postos no papel de transmissores de doenças e epidemias. É um estereótipo que não escapou a Hollywood, como nos mostra a figura central e oculta do filme de Elia Kazan *Pânico nas Ruas*, um estrangeiro/imigrante genérico que traz a peste bubónica a Nova Orleães e ameaça toda a cidade, finalmente resgatada pela acção da vigilância sanitária. Do mesmo medo de sucumbir colectivamente às mãos dos imigrantes, invasores e contaminadores nos falam os títulos

do hiperconservador Pat Buchanan *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization* (2002) e *State of Emergency: The Third World Invasion and Conquest of America* (2006) — que, em tradução literal se podem ler como «A morte do Ocidente: como as populações moribundas e invasões imigrantes põem em risco o nosso país e a civilização» e «Estado de emergência: A invasão e conquista da América pelo Terceiro Mundo».

Um dos efeitos da medicalização — literal ou metafórica — desse tipo de medos tornados ameaças é a promoção da clássica resposta a epidemias: a criação do cordão sanitário, a lógica da quarentena, do encerramento da fronteira e da escalada da vigilância — como bem se exemplifica para a fronteira sul dos Estados Unidos no passado (Stern 1999) e nos volta a acontecer sob novas formas (Fassin 2001). Sob os nossos olhos, o regresso das mais explícitas das máquinas de separar e vigiar, talvez punir, contrariando as previsões foucaultianas da gradual disseminação dos instrumentos de controlo. Tal como as prisões se tornam cada vez maiores e concentracionárias, também as máquinas de vigilância aumentam em volume e estrondo. É um muro mais alto que é pedido, um muro literal, de cimento e pedra, com arame farpado com picos verdadeiros, exactamente na linha de divisão entre os Estados Unidos e o México. Claro que outros mais subtils e sofisticados instrumentos são também pedidos, com todo um sortido de formas de biocontrolo e tornando-nos cada vez mais próximos das aventuras de ficção *cyberpunk*.²

Mas as campanhas singram hoje sem recorrer sequer ao expediente folclórico tão ao gosto da extrema-direita e tão passível de servir a toda a população que é o de explicitar o potencial infecto-contagioso dos imigrantes-invasores. Já é suficiente, para assustar as massas, o realce dado ao carácter criminoso da sua ilegalidade,

² Popularizados por autores como William Gibson em *Neuromancer* (1984) e títulos seguintes, principalmente o conto *Johnny Mnemonic*, que ele mesmo verteu para cinema e Robert Longo realizou (1995), os cenários de desmembramento e recomposição do corpo enquanto suporte de informação, meio de tráfico e alvo de controlo, de fronteira — tema ainda levado mais longe no filme *Gattaca*, de Andrew Niccol (1998), em que a biometria é instrumentalizada para controlo e separação, e mais tarde exponencializado numa outra direcção em *Matrix* (1999) — aproximam-se vertiginosamente do real imediato quando os instrumentos de biometria passam, como tem crescentemente vindo a acontecer, a rotina das fronteiras, tão elementar quanto o pedido do passaporte.

em si mesmo uma patologia, e a mais patológica insanidade de poder ser um praticante do terrorismo. Talvez estejamos, ainda, na curva foucaultiana da disseminação dos instrumentos de controlo; em cada cidadão assustado se esconde um polícia pronto a actuar.

O que não é dito neste tipo de propaganda, e que todos sabem mas poucos assumem até às últimas consequências, é que os mesmos grandes números que entram pela fronteira e se instalam do lado de cá são precisamente o motor — ou mais precisamente o combustível — da economia contemporânea. A troco de salários baixos, nenhuns sindicatos e total discrição, são eles que permitem que a economia se mantenha, que as grandes companhias lucrem e as pequenas firmas sobrevivam. Na agricultura, na indústria, na construção civil e serviços associados, na distribuição, no apoio ao comércio, nos serviços urbanos, em todo, todo o lado, à superfície ou nos subterrâneos, portas adentro das fábricas ou ao sol nas estradas, em bicicletas distribuindo comida a domicílio, estão os que perfazem estes números.

Estarão em concorrência com os residentes, como se diz? O senso comum, a observação espontânea e os estudos organizados apontam para o contrário. Eles estão onde os da casa não querem estar. Fazem o que estes não querem fazer. Trabalham calados e não protestam nem reivindicam. Garantem os preços baixos e os lucros altos. Ou seja, são um elemento central desta economia, do bem-estar geral, do contentamento médio que não se interroga nem critica.

Fazer muros altos é uma fantasia destinada a aplacar medos cuja proveniência é outra, e ajuda, também, a distrair de outro tipo de medidas. É uma medida que o passado mostrou ser ineficiente, adequada apenas a um modelo grosseiro de contenção dos corpos em movimento, inspirada por convenções de presença e testemunho que se reportam apenas ao lado visível dos acontecimentos. Mas o lado menos visível dos mesmos é que o seu trânsito é necessário e indispensável para a manutenção de uma máquina que sustenta economia e sociedade — uma economia que garante a redistribuição e simultaneamente a desigualdade, e uma sociedade que a replica na promessa de contentamento pelo consumo democratizado e na crua realidade da assimetria e da exclusão. E, para manter essa máquina, há que contar com essa componente que a lei exclui; há que incorporar, sem reconhecer, o contingente dos que vêm calados,

trabalham escondidos, e em instantes podem ser expulsos; há que acender a retórica que os culpabiliza por outros males. E assim se demoniza, num ápice, o *illegal alien*.

Na Europa, com as devidas adaptações, a situação não é muito diferente do que vemos nos Estados Unidos. Não há a fronteira do México mas há o estreito de Gibraltar, ambos a sul, ambos contendo uma força que do outro lado se acumula em esperanças e fantasias de uma vida melhor, esse ouro que corre das calçadas, esse alívio para a tortura doméstica, para as guerras conduzidas por soldados a mando de políticos, ou simplesmente a incontornável opressão de quem, estando em casa, está também do que aí é o lado errado da divisão de género, religião, casta, cor, língua, etnicidade, nacionalidade, geração. Por vezes, na Europa, é menos a promessa do ouro que a simples aspiração à cidadania e à liberdade que leva tantos e tantos africanos a atravessar o estreito e a morrer na praia, ou sobreviver para o risco da deportação. Ou asiáticos e sul-americanos a correr os seus riscos na fronteira aérea. E é um menos colorido «extracomunitários» que os brinda, mais vagas as evocações de extraterrestres, presentes ainda as ideias de invasão, de estranhamento, de serem de fora e não estarem convidados...

Antes de examinarmos o que se passa com estes exóticos objectos de atenção social e antropológica, chamados à economia quando são precisos e expulsos quando deixam de o ser — ou simultaneamente incorporados na economia e expulsos da legalidade —, etnicizados quando é preciso realçar a variedade cultural e logo aplanados no anonimato proletário ou na reserva flutuante de trabalho precário, em suma, fluidos, móveis, descartáveis da vista e inexistentes para a política, bom será examinarmos o próprio olhar que os aborda, que recorta da lógica do Estado as linhas de segregação com que recorta o Outro.

«Nativismo» é o termo mais associado à atitude de rejeição dos imigrantes nos Estados Unidos; é tão irónico como para alguns é ofensivo, pois tal nativismo é de curta história e acenado por nada menos que os descendentes de europeus um dia chegados às Américas como invasores e *aliens*, como muito bem apontam alguns dos mexicanos cujos genes falam de uma longa linha de ancestralidade nestas terras. Um nativismo estratégico e de curta memória, portanto. Para esses, a história não é inteiramente bem-vinda, a não ser numa versão higienizada e feita à medida dos interesses correntes e projectos futuros. Para nós, é obrigatória;

com uma pequena incursão às variantes do nativismo, do medo dos estranhos e da medicalização dos imigrantes, tentaremos perspectivar e relativizar algumas das bandeiras que hoje se levantam e só à custa da ignorância têm algum peso político.

O «nativismo» norte-americano vem de longe; já no século XVIII Benjamim Franklin falava dos alemães como uma ameaça, invadindo o país, mudando a língua de referência, concorrendo com os da casa, tornando a Pensilvânia numa «colónia de *aliens*» que, de tão numerosos, ameaçavam germanizar os «nativos» em vez de se anglicizarem eles mesmos (Tichenor 2007, 51-53).

A expressão pública do estranhamento e do desconforto perante os recém-chegados por parte dos descendentes dos previamente chegados exacerba-se no século XIX. Nas suas deambulações entre a pobreza urbana da Nova Iorque, o repórter de origem dinamarquesa Jacob Riis visita e fotografa os pardieiros onde se amontoam os imigrantes, para, nas suas palestras de reformador, mostrar à classe média «como vive a outra metade» (Riis 1997 [1890]). Nas suas notas se vê pulular a patologia, como um miasma, e com ela o crime, a ilegalidade, a dissolução. Aqui, a pobreza dickensiana traz consigo um conjunto de outros sinais — etnicizada, patologizada, é também a dos recém-chegados que, nas vielas e nos cortiços, ficam longe da vista da sociedade que os atraiu. Essa mesma sociedade ciclicamente os teme e no mesmo acto os medicaliza: em 1892, quando epidemias de tifo e cólera pairam sobre a cidade, são os imigrantes judeus quem arca a culpa, quem sofre a quarentena e a vigilância (Markel 1997). Em 1900, são os chineses quem arca com o estigma da transmissão da peste bubónica à cidade (Markel 2004). Tanto então como em momentos posteriores, os imigrantes eram vistos como potenciais transmissores de doenças reais, do tifo e da cólera à tuberculose, ao tracoma oftálmico e até, quase um século depois, à sida (Farmer 1992).

Apontaram nesses anos a Nova Iorque vastos contingentes de imigrantes: 25 milhões só de 1890 a meados da década de 1920 (Markel e Stern 2002, 759), sempre na ambígua posição de bem-vindos e malvindos, na tensão entre desejados e mal-amados, necessários e repudiados. A ambiguidade desdobra-se em linhas que demarcam os bons e os maus, desejáveis e indesejáveis, linhas que vão flutuando com o tempo. No princípio, só caíam do lado bom da linha os norte-europeus, logo, protestantes, brancos, letrados, orientados para a agricultura, apropriados para colonizar as vastas

terras frias do interior. De fora, e ao longo dos tempo conquistando o seu lugar, ficavam os europeus do Sul e do Leste, os judeus, os católicos, os asiáticos, e nem se falava então de sul-americanos ou de africanos. A América do Sul era também ela destino, e a África estava quase inteiramente tutelada por governos coloniais europeus, depois de séculos de um saque humano que forçara a deslocação de milhões para o trabalho escravo nas plantações de norte a sul das Américas. Da segregação assim criada, da violência incorporada e inscrita nos corpos individuais e no corpo social, vivem-se até hoje as consequências — como se de uma gigantesca ferida se tratasse, mais ampla e englobante que qualquer manual ou *symposium* terapêutico.

Dessas grandes histórias de violência, do encontro colonial ao tráfico, da escravatura aos trabalhos forçados, à mutilação, sujeição, objectificação e automática exclusão da cidadania não ficaram só as marcas; fica também a percepção de quão longe é possível ir na desumanização de secções inteiras da humanidade para conforto ou cumplicidade de outras que, pelo mesmo processo, à sua volta, desenham os limites do merecimento. Linhas, fronteiras, muros, barreiras, separadores — simbólicos ou reais, de significado ou de território — remanescem como dispositivo separador entre quem é e quem não pode ser; móveis, arbitrárias e artificiais. Tais linhas de separação são apresentadas como naturais, aceitáveis, inescapáveis.

O horror de alguns *media* norte-americanos aos *illegal aliens* — ou, para o efeito, a arrogância europeia perante os «extracomunitários» — não é senão uma actualização literalizada dessa ideia de fronteira. Uma fronteira física que separa os de dentro e os de fora, e porque não mesmo um muro, um muro bem alto e com arame farpado ou uma invasão de *scanners* em portos aéreos para garantir que os de fora fiquem mesmo fora?

Se este quadro não reproduz a brutalidade da escravidão e do trabalho forçado colonial, em muito é também o seu directo herdeiro. A séculos de hoje, num futuro mais iluminado e livre, embora incerto, poderá olhar-se para o que é hoje presente com o mesmo horror que olhamos para o passado escravocrata. Que sistema é este que, com uma mão faz deslocar trabalho, barato, descartável, dissolúvel, para lugares onde é necessário a fim de garantir padrões de vida, níveis de produção altos, custos baixos e, com a outra mão,

demoniza e criminaliza quem é deslocado no processo, tal como ontem se animalizava, infantilizava ou caricaturava o escravizado, empurrando-o para fora da humanidade?

É neste quadro de patologia generalizada que se insere o chamado processo migratório, mais um dos grandes deslocamentos de massa, históricos, que entrosam a humanidade, a dispersam e reúnem em espaços. Bolsas há de quietude, felicidade, sonho alcançado, liberdade atingida. E em ambos, tanto no devoradouro de vidas e expectativas como nas bolsas de plenitude, inscrevem-se vidas, trajectos, indivíduos, pessoas. Nestas, individualmente, se instalam os sinais que aqui e ali reconhecemos como sofrimento, que medicalizamos em patologias, que tratamos como outros capítulos deste livro se aponta — ora na brutal exclusão, massificada, ora no liberal paternalismo que tenta etnicizar os sofrimentos, traduzindo-os com as melhores das intenções.

Mas as histórias individuais de sintomas, como as de diagnóstico e de cura — paudem-se estes pela violência exclusionista ou pela aproximação inclusivista —, não são senão um curto episódio de um trajecto mais amplo e devastador que envolve a humanidade no seu todo, as marcas fundas de mais para poderem sequer ser olhadas, de uma contínua violência estrutural (ver Farmer 2003 [1999]) e estruturante que, ao fazer-se acompanhar de dispositivos simbólicos que criam linhas de demarcação entre bons e maus, merecedores e imerecedores, cidadãos e bárbaros, criam os próprios mecanismos de ocultação e, revertendo a ordem da causalidade, deslocam a culpa para a vítima...

Referências bibliográficas

- Buchanan, Pat. 2002. *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization*. Nova Iorque: Thomas Dunne.
- Buchanan, Pat. 2006. *State of Emergency: The Third World Invasion and Conquest of America*. Nova Iorque: Thomas Dunne.
- Farmer, Paul. 1992. *AIDS and Accusation: Haiti and the Geography of Blame*. Berkeley: University of California Press.
- Farmer, Paul. 1999. *Infections and inequalities: the modern plagues*. Berkeley: University of California Press.
- Farmer, Paul. 2003. *Pathologies of power: health, human rights and the new war on the poor*. Berkeley: University of California Press, 2003.

- Fassin, Didier. 2001. «The biopolitics of otherness: Undocumented foreigners and racial discrimination in french public debate». *Anthropology Today*, 17 (1): 3-7.
- Gibson, William. 1984. *Neuromancer*. Nova Iorque: ACE.
- Markel, Howard. 1997. *Quarantine! East European Jewish Immigrants and the New York City Epidemics of 1892*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Markel, H. 2004. *When Germs Travel: six major epidemics that have invaded America and the fears they have unleashed*. Nova Iorque: Vintage.
- Markel, Howard, e Alexandra Minna Stern. 2002. The Foreignness of Germs: The Persistent Association of Immigrants and Disease in American Society. *The Milbank Quarterly*, 80 (4): 757-788.
- Riis, Jacob A. 1997 [1890]. *How the other half lives*. Nova Iorque: Penguin.
- Stern, Alexandra Minna. 1999. «Buildings, boundaries and blood: Medicalization and nation-building on the U.S.-Mexico Border, 1910-1930». *The Hispanic American Historical Review*, 79 (1): 41-81.
- Tichenor, Daniel. 2007 [2006]. «A shameful tradition — in the United States, nativism is nothing new». *Utne Reader* (orig. published *The Nation* Aug. 28 2006).

Filmes citados

- Alien* (1979) – realização de Ridley Scott, com Tom Skerritt, Sigourney Weaver, Veronica Cartwright.
- Gattaca* (1998) – realização de Andrew Niccol, com Ethan Hawke, Uma Thurman, Gore Vidal
- Johnny Mnemonic* (1995) – realização de Robert Longo, com Keanu Reeves, Dina Meyer, Ice-T.
- Matrix* (1999) Realização de Andy Wachowski e Larry Wachowski, com Keanu Reeves, Laurence Fishburne, Carrie-Anne Moss.
- Panic in the Streets* (1950) realização de Elia Kazan, com Richard Widmark, Paul Douglas, Barbara Bel Geddes.